

Conversão da dívida irá a US\$ 1 bilhão

No próximo leilão de conversão da dívida externa brasileira em capital de risco, a ser realizado no final do mês, o Banco Central espera que o total da conversão (incluídos os resultados dos cinco primeiros leilões) atinja US\$ 1 bilhão. Até o momento, já foram convertidos formalmente US\$ 725,7 milhões da dívida brasileira, o que permitiu, considerado o deságio, redução de US\$ 895 milhões no endividamento externo do País, afirmou Elmo Camões, presidente do Banco Central.

Do total já convertido, a maior parte (65,2%) foi investida na indústria de transformação e o Estado mais beneficiado foi São Paulo, com 41%. Os Estados Unidos são o país que mais investiu na conversão da dívida brasileira (US\$ 278,48 milhões), seguidos do Japão (US\$ 116,39 milhões) e França (US\$ 77,7 milhões).

Camões participou ontem do seminário "Conversão e Outros Mecanismos de Capitalização das Empresas Brasileiras", realizado em São Paulo pela revista norte-americana **Business Week**. Durante os debates, disse que a conversão informal da dívida (feita com dólares adquiridos no mercado paralelo) tem a vantagem de reduzir ainda mais o nível de endividamento, motivo pelo qual o governo não pretende impedi-la.

Pelas informações do mercado, a conversão informal deve totalizar, hoje, US\$ 3 bilhões. Mas o abuso desse mecanismo pode exercer pressões sobre a economia. Por isso, deu um recado aos empresários presentes: "Se os senhores não forem prudentes, terão de conversar com outras autoridades que não as do Banco Central".

OVER

Depois da palestra, Camões surpreendeu a imprensa ao afirmar que apesar do risco teórico de a conversão pressionar a expansão da base monetária (emissão de moeda pelo governo) o mecanismo não será alterado porque o governo mantém total controle da situação (a taxa anualizada de expansão caiu de 387,4% em 30 de julho para 358% em 10 de agosto) e a política monetária está sendo fortemente restritiva. Na sua opinião, não há contradição entre es-

sa afirmação e a elevação dos juros do **overnight** no início do mês, uma vez que o objetivo dessa elevação foi incentivar os investimentos em aplicações de longo prazo, como os CDBs (teoricamente, a alta do **over** favorece investimentos de curto prazo, o que eleva a liquidez do mercado em detrimento dos investimentos produtivos e do controle de inflação). Apesar disso, não garantiu que a expansão da base monetária continue sendo menor, mês a mês, até o final do ano.

Pelo mesmo motivo, Camões disse que as taxas do **over**, embora desvinculadas da inflação, devem continuar positivas, sem risco para a política monetária. Ele ficou irritado quando os jornalistas perguntaram sobre eventuais mudanças na política cambial: "O Banco Central nunca ouviu qualquer reclamação a respeito". Garantiu que há dólares suficientes no BC para financiar importações: "Os empresários estão dormindo no ponto".

Robert Dowling, editor senior da **Business Week**, disse que o Brasil continuará a enfrentar problemas de ajuste de suas contas externas, apesar de estar prestes a fechar um acordo de renegociação de sua dívida. Isso porque as taxas de juro norte-americanas deverão subir ainda mais no próximo ano ante a expectativa inflacionária nos Estados Unidos, que está obrigando o Federal Reserve Board FED (o banco central norte-americano) a elevar os juros.

Até as eleições presidenciais de novembro, a alta de meio ponto percentual das taxas de redescconto ocorrida na semana passada deverá ser suficiente para conter a inflação. Mas, após as eleições, novas altas, maiores que esta última, serão praticadas pelo FED, afirmou Dowling.

A esperança, segundo Dowling, é a vitória do republicano George Bush nas eleições. Bush tem defendido um congelamento global de gastos do governo (à exceção dos de defesa e previdência social), a fim de provocar uma queda dos juros. Não que ele esteja preocupado com os países devedores, mas porque a elevação dos juros agrava o déficit público norte-americano, próximo dos US\$ 900 bilhões.